

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

SANEAMENTO BÁSICO: ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPIRANGA NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

SANITATION: ROLE OF MUNICIPAL COUNCIL OF SANITATION ITAPIRANG IN THE ELABORATION OF THE MUNICIPAL SANITATION PLAN

Givanildo Martins de Quadros¹
Maciel Welter²

Resumo

O presente trabalho traz considerações sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Itapiranga, bem como a atuação do Conselho Municipal de Saneamento. O conselho municipal de Saneamento Básico de Itapiranga enfrenta o desafio de conciliar as questões ambientais com o desenvolvimento da cidade. Itapiranga é banhada pelo Rio Uruguai, isso de um ponto de vista é uma qualidade, visto que enriquece na questão de turismo, por outro, traz grandes desafios na questão ambiental.

Palavras chave: Conselho municipal; Saneamento básico.

Abstract

This paper brings considerations on the Sanitation Municipal Basic Plan of the city of Itapiranga, as well as the performance of the Municipal Sanitation Council. The city council of Itapiranga Sanitation faces the challenge of reconciling environmental concerns with the development of the city. Itapiranga is bathed by the River Uruguay, that from one point of view is a quality, since it enriches the tourism issue, on the other, brings great challenges in environmental issues.

Atuação do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Itapiranga - SC

Após praticamente trinta anos da promulgação da constituição federa, chamada de constituição cidadã, praticamente quinze anos do estatuto da cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), em que estabelecem diretrizes para participação popular, através da formação de conselhos para uma gestão democrática, ainda enfrentamos dificuldades na efetivação dessas políticas (MANSUETI, 2012).

Segundo ABERS (2008) os conselhos gestores são um arranjo de governança na formulação de políticas públicas, que se diferenciam em termos de origem legal,

¹ Faculdades de Itapiranga – FAI – FACULDADES – Itapiranga – SC. E-mail: detonima@gmail.com

² Faculdades de Itapiranga – FAI – FACULDADES – Itapiranga – SC. E-mail: macwel@ig.com.br

composição e atribuições, influenciando as decisões da administração pública. Devem ser criados por Lei, participam diretamente do estabelecimento de normativas, planos e dependendo, podem atuar sobre a distribuição orçamentária.

O município tem sua história pautada na deia dos dirigentes da Sociedade União Popular, do Rio Grande do Sul, de criar um núcleo de colonização para germânicos católicos da década de 1920 (ITAPIRANGA, 2014). Estabelecida às margens do Rio Uruguai, denominada inicialmente de Porto Novo, tornou-se município em 10 de abril de 1926, passando a ser Itapiranga “Pedra Vermelha – Tupi-guarani”.

Figura 01: Localização do Município de Itapiranga.



Fonte: Itapiranga, 2015

Em 2010, segundo SEBRAE, 2013, o país possuía 57.324.167 domicílios com abastecimento de água. O estado contava com 1.993.097 estabelecimentos na mesma condição, sendo Região Oeste responsável por 19,05% destes. O município de Itapiranga, pertencentes à esta região, possuía 4.920 estabelecimentos.

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

Tabela 01: Aspectos Gerais e Históricos do Município de Itapiranga.

Aspectos Gerais e Históricos do Município de Itapiranga	
Localização - Mesorregião IBGE	Oeste Catarinense
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Reg. Extremo Oeste
Associação dos Municípios	AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina
Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC	SDR-Itapiranga
Área territorial (km²)	280
Distância da Capital (km)	664
Altitude (metros)	206
População Total 2010	15.409
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	55,01
Data de fundação	14 de fevereiro de 1954
Colonização	Alemã.
Gentílico	Itapiranguense
Número de Eleitores	11.118
Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, 2012. - Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).	

Fonte: SEBRAE, 2013.

Tabela 02: Indicadores de abastecimento de água, 2010 - Município de Itapiranga.

Indicadores de abastecimento de água - 2010	Domicílios	% relativo
Rede geral	3.843	78,11%
Poço ou nascente na propriedade	898	18,25%
Poço ou nascente fora da propriedade	164	3,33%
Carro-pipa ou água da chuva	7	0,14%
Rio, açude, lago ou igarapé	-	-
Poço ou nascente na aldeia	-	-
Poço ou nascente fora da aldeia	-	-
Outra	8	0,16%
Total	4.920	100%
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Notas: 1 Dados referentes a domicílios particulares permanentes. 2 Sinal convencional utilizado: - Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento		

Fonte: SEBRAE, 2013.

Tabela 03: Indicadores de Saneamento Básico, 2010 - Município de Itapiranga.

Indicadores de saneamento básico 2010	Itapiranga		Santa Catarina	
	Domicílios	% relativo	Domicílios	% relativo
Ligados a rede de esgoto ou pluvial	2.071,00	42,1	579.576	29,1
Fossa séptica	921,00	18,7	947.168	47,5
Fossa rudimentar	1.843,00	37,5	384.013	19,3
Vala	37,00	0,8	44.168	2,2
Rio, lago ou mar	8,00	0,2	24.524	1,2
Outro escoadouro	22,00	0,4	7.887	0,4
Sem banheiro ou sanitário	18,00	0,4	5.761	0,3
Total de domicílios	4.920,00	100,0	1.993.097,00	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Nota: Dados referentes a domicílios particulares permanentes

Fonte: SEBRAE, 2013.

Diante dessa realidade, foi instituída a Política municipal de saneamento básico, Lei Municipal 2702 de 15 de julho de 2011, que estabelece os objetivos e competências no âmbito de sanidade pública (ITAPIRANGA, 2014). A política também busca promover equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade, fornecer diretrizes ao poder público e a coletividade para defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental do Município.

A política pública de saneamento básico do município trás um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais no que se refere ao abastecimento de água potável, captação, distribuição e medição. O esgotamento sanitário, coleta, transporte, tratamento e disposição final. Coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e da varrição de logradouros públicos. O manejo e drenagem das águas pluviais urbanas.

A política trata da gestão associada entre associações voluntárias, entes da federação, convênio de cooperação e/ou consórcios públicos. Da Universalização do saneamento. Do controle social, do desenvolvimento sustentável, dos subsídios e da salubridade ambiental (ITAPIRANGA, 2014).

Para atingir esses objetivos, a política cria o que chama de sistema municipal de saneamento básico que é composto pelo conselho municipal de saneamento básico, órgãos executores e órgãos de regulação. Estabelece instrumentos como o Fundo municipal de

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

saneamento básico, o plano municipal de saneamento, bem com outros instrumentos definidos no Plano Diretor e demais legislações (ITAPIRANGA, 2014).

A política municipal de Saneamento Básico também estipula a competência do conselho municipal, que vai da sugestão ao poder municipal de ações de saneamento básico; definir regras de funcionamento que comporão o regimento do conselho; definir a periodicidade de suas reuniões; elaboração de seu regimento interno e submeter a homologação do chefe do poder executivo; estudar e propor medidas e estratégias de saneamento básico a serem realizadas; designar local e data das reuniões ordinárias e extraordinárias e suas pautas; autorizar a formação de comissões e subcomissões de caráter temporário e com a finalidade específica de promover estudos, emitir pareceres sobre temas específicos e/ou projetos; opinar, a pedido do prefeito municipal, sobre assuntos de relevante interesse do município.

Através da aproximação com o conselho Municipal, pode-se observar que o conselho, formado de forma paritária por representantes do poder executivo e da sociedade civil. O poder público municipal conta com representantes da secretaria de administração, obras e serviços urbanos – departamento de saneamento; Secretaria Municipal da fazenda e Planejamento; Secretaria Municipal da Saúde – Setor de Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Os representantes da Sociedade Civil são compostos por representantes da área de Ensino Básico ou Superior; representantes do comércio, indústria e prestadores de serviços; Dos usuários/ consumidores de serviços de saneamento básico; Representantes da classe das entidades de defesa do meio ambiente e de representantes dos Engenheiros e Arquitetos.

Os membros são eleitos para um mandato de dois anos. O presidente do conselho é eleito entre os membros efetivo deste conselho.

Ao analisar os documentos, observa-se uma forte atuação do conselho na efetivação da política municipal de saneamento básico. O município situa-se as margens de um rio de jurisdição federal (classe 01), nominado como Rio Uruguai. O principal desafio da política é conciliar o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, bem como a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

Diante desses desafios e buscando minimizar os impactos causados por estas atividades, o município, através do conselho, trabalhou na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, através da criação de um comitê de coordenação dos trabalhos, um comitê executivo totalizando vinte membros. Os trabalhos foram elaborados com a assessoria de uma empresa especializada e recursos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Os comitês tiveram a tarefa de mobilizar o município a fim de garantir melhores condições de saneamento. No decorrer do processo houve a atuação do ministério público e um Termo de Ajuste de conduta – TAC com a comarca sediada no município.

Figura 02: Capa do Plano Municipal de Saneamento Básico.



Fonte: Itapiranga, 2015

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

O plano teve parecer favorável da FUNASA, órgão financiador do plano, no início do segundo trimestre, possibilitando a segunda etapa, a implantação do plano. Pelos documentos a principal obra a ser executada é a estação de tratamento de esgoto ETE, e adequação e construção da rede pública de esgoto.

O plano trata de outro assunto que demanda muita preocupação dos municípios, que é a disposição final dos resíduos sólidos. Traças metas e objetivos a serem alcançados, passando pela educação ambiental, coleta seletiva, reciclagem e disposição final.

Foi levantado em reunião, a qual se teve participação à preocupação crescente com os cemitérios, mas não se acompanhou os desmembramentos.

Considerações

Através da aproximação, conversar, análise de documentos e participação das reuniões do conselho, pode-se observar a atuação do mesmo, seja pela necessidade da implantação do plano, seja pelo TAC assinado pelo poder público, observou-se que o conselho é atuante e ativo.

Ao final deste trabalho, apresento uma fala de uma das participantes de uma das reuniões: “Se o povo soubesse o poder que tem um conselho, a participação iria ser disputada como uma eleição”.

Referencial Bibliográfico

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret E. *Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores*. Caderno CRH, v 21, n 52. Salvador, 2008.

ITAPIRANGA, Município de. *Decreto N° 99/2014*: Dispõe sobre a Nomeação dos Membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e dá outras Providências. Itapiranga, 2014.

ITAPIRANGA, Município de; AMPLA, consultoria e Planejamento; FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. *Plano Municipal de Saneamento Básico*. Itapiranga, 2015.

ITAPIRANGA, Município de. *Lei Municipal 2702/2011*: Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico. Itapiranga, 2014.

Revista Infinity, vol. 1, n. 1, 2016.
FAI Faculdades – Faculdade de Itapiranga (SC)

ITAPIRANGA, Município de. *Breve Histórico*. Itapiranga, 2014. Disponível em: <http://itapiranga.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/29748#.VZ7XbBtViko>. Acesso: Abril de 2015.

MANSUETI, Cristina Fernandes. *Gestão Democrática e Conselhos Municipais: Um Exemplo Local*. ESMP. Porto Alegre, 2012.

SEBRAE, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Santa Catarina; SANTA CATARINA, Secretaria de Estado do desenvolvimento Econômico Sustentável. *Itapiranga em Números*. Florianópolis, 2013. Disponível em: https://atendimento.sebrae-sc.com.br/projetos/portal_sebrae-sc/uploads/pdfs-municipios/relatorio-municipal-itapiranga.pdf
Acesso: Abril de 2015.